

Preencha as margens!*

Sobre comentário e cópia¹

Hans Ulrich Gumbrecht

(tradução de Marcia Arruda Franco)

1

Claro que é plausível subordinar a tarefa do comentador à do intérprete. Numa infinidade de variações práticas e permutações funcionais, interpretar sempre e inevitavelmente é a identificação do sentido de um dado artefato. Embora seja verdade que, quase sempre, a interpretação pareça ser a projeção de um sentido que o intérprete inventou (sendo que, em última instância, fica realmente difícil deixar clara a distinção entre identificação do sentido e projeção de sentido), associamos o conceito e a prática da interpretação, não com a liberdade de projetar sentido, mas com a tarefa de identificar o sentido dado “no” texto (ou “em” qualquer outro objeto de referência), independentemente do intérprete e anterior à interpretação. Se considerarmos a tarefa da interpretação como a identificação do sentido dado, o problema central com que se depara o intérprete está, no mais das vezes, entre o leque de conhecimento (geral ou especializado) pressuposto pelo texto em questão – como uma condição para a interpretação do sentido (intencionado, original, histórico, adequado, autêntico) – e o conhecimento de que o intérprete de fato dispõe. Sempre foi tarefa do comentador e função do comentário superar tais casos de assimetria, e, portanto, promover a mediação entre contextos culturais diversos (entre aquele compartilhado pelo texto do autor e a primeira leitura, e por outro lado, o conhecimento de leitores que pertencem a tempos históricos posteriores ou a diferentes culturas). Visto deste ângulo, um comentário sempre proporciona conhecimento suplementar, e, ao fazê-lo, preenche uma função ancilar em relação à interpretação.

* GUMBRECHT, Hans Ulrich. Fill up your margins! About commentary and copia. In: MOST, Glenn (Ed.). *Commentaries/Kommentare*. Goettingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1999.

¹ Nota da tradução: o termo cópia aparece aqui na acepção de quantidade, comum na língua portuguesa quinhentista e seiscentista, e não com o sentido atual de decalque. “Cópia” é usada com o sentido ainda presente no adjetivo copioso, o de abundância.

Nada dito até agora excede as concepções canônicas das duas práticas mais centrais e veneráveis da filologia, e a perspectiva argumentativa acerca do comentário que pretendo desenvolver apenas apontará para certa dinâmica discursiva que sempre foi inerente ao comentário. Porém, meu ponto de vista parte de uma figuração do comentário como estando completamente subordinado à interpretação, na medida em que tematizo uma tensão potencial entre comentário e interpretação, uma tensão que, aflorando de dois movimentos inerentes ao comentário e à interpretação, toma direções opostas. Pois apesar de tudo o que foi dito desde a década de 1960 – em especial no que tange à democrática dedicação à liberdade do leitor – sobre os múltiplos sentidos potenciais de cada texto em particular e sobre a interpretação como uma tarefa infundável, apesar de todos estes muito sofisticados – e às vezes ultracomplexos – quadros do ato interpretativo, eu penso que, na nossa prática diária, tomamos a interpretação como uma tarefa que pode chegar (e que normalmente o faz) a uma conclusão. Esperamos que, no geral dos processos de interpretação, haverá um momento em que supomos ter entendido o texto (ou qualquer artefato em questão), e normalmente associamos “entender” com a impressão que sabemos o que o autor queria dizer com o seu texto. Tal assunção acerca do caráter normalmente finito da interpretação, segundo creio, é a razão da carreira triunfante dos exercícios de dever de casa e provas na educação secundária (mais do que em qualquer outro lugar, no sistema da escola alemã). O comentário, ao contrário, parece ser um discurso em que, pelo menos por definição, nunca se conclui. Pois, enquanto um intérprete, eu diria, não pode extrapolar o assunto de um autor como ponto de referência de sua interpretação (e não pode evitar moldar esta referência, ao avançar em sua interpretação), um comentador nunca está certo das necessidades (por exemplo, das lacunas no conhecimento) daqueles que usarão o seu comentário. Apesar do cuidado com que preencha as necessidades de leitores contemporâneos de um dado texto, nunca poderá antecipar o que exatamente deverá ser explicado aos leitores da próxima

geração – sendo principalmente tal condição a que constitui o comentário como um exercício e um discurso interminável. Não surpreendentemente, então, a história da palavra comentário produz muitos sentidos diversos; e, portanto, tem um sentido muito vago, que sugere a busca duma definição mais precisa.² E esse tal sabor geral de vago não colide com a impressão que nós, os usuários dos comentários, quase sempre temos de que qualquer dado comentário oferece todos os tipos de interessantes pistas e informações, mas quase nunca (e estou apenas exagerando um pouquinho!) aquela informação exata de que estamos precisando e que justamente nos levou a consultar o comentário em primeiro lugar?

2

O contraste entre a tarefa finita da interpretação e a infinita do comentário, contraste que talvez se deva mais aos modos predominantes com que nossa cultura tem lidado com ambas as tarefas do que a uma diferença lógica entre elas, tal contraste, segundo penso, é o principal responsável pelas muito diferentes topologias que emergiram em torno da interpretação e do comentário. A topologia da interpretação estratifica a identificação do sentido como um movimento vertical. O intérprete penetra a “superfície” dos significantes, a fim de alcançar o significado do texto num nível que se apresenta como o de uma “profundidade” espiritual.³ Uma topologia alternativa para a interpretação é encontrar o sentido ou a intenção autoral atrás da superfície do texto ou atrás de uma “face” que tenta desviar desta busca. O que estas topologias hermenêuticas compartilham entre si é uma muito categórica, para não dizer dramática, distinção entre um nível primário de percepção e um nível sempre “escondido” de sentido ou intencionalidade, e que realmente importa para o intérprete. Se, em contraste, os comentários não almejam um nível “abaixo”, “atrás” ou mesmo “além” da superfície textual, também é verdade que os comentadores não vêm o texto de cima ou daquela distância famosa rapidamente associada à objetividade. Em vez de alcançarem o que está abaixo, atrás ou além, penso esperarmos dos

² Veja FUHRMANN, Manfred. Kommentierte Klassiker? Über die Erklärungsbedürftigkeit der klassischen deutschen Literatur. In: WARUM Klassiker?: ein Almanach zur Eröffnung der Bibliothek deutscher Klassiker. Frankfurt am Main: Deutscher Klassiker Verlag, 1985. p. 37-57, 49. “Das Wort [Kommentar] gibt nicht viel her, da es in der Antike eine schier uferlose Bedeutung halte.”

³ Para uma elaboração mais detalhada dessa tese sobre a topologia da interpretação, veja o ensaio de Gumbrecht: Das nicht Hermeuneutische: Skizze einer Genealogie. In: INTERVENTIONEN. Basel: [s. n.], 1996. p. 17-36.

⁴ Veja como um exemplo pinçado ao acaso: TRÄGER, Claus (Ed.). *Woerterbuch der Literaturwissenschaft*. Leipzig: [s. n.], 1986. p. 270: “Kommentar [lat. commentarius: Notiz, Tagebuch, Denkschrift]: fortlaufende sprachl. (grammat., stilist, auch metr.) sachl. asthet, histor. Erläuterung eines Literaturwerks unter dem Text oder auch separat; als scho-lion (Pl.-ien)”.

⁵ *Las siete partidas del sábio rey don Alonso el Nono, nuevamente glosadas por el licenciado Gregorio Lopez del Consejo Real de las Indias de su Magestad*. Salamanca, 1555. (Reimpressão: Madrid: 1976). *Nota da tradução*: não obstante o título, as leis foram elaboradas inicialmente no reinado de Afonso X, o rei sábio.

comentários que sejam laterais em relação aos seus textos de referência, e dos comentaristas que se posicionem em “contigüidade”, não tanto *vis-à-vis* ao autor, mas *vis-à-vis* ao texto em questão. É tal contigüidade entre o texto do comentário e o texto comentado que explica que a forma material do comentário depende da e tem de se adaptar à forma material do texto comentado *par excellence*; e por esta mesma razão, nenhuma definição de dicionário da palavra “comentário” se esquece de mencionar que os comentários são normalmente comentários “corridos”.⁴ Subindo um pouco o nível de abstração desta discussão, podemos dizer que o lugar do comentário, nas páginas de um manuscrito ou de um livro impresso, está nas margens do texto a ser comentado. Isto implica, eu insisto, que, de um modo ou de outro, a forma e a ordem discursivas do texto comentado moldam a forma material e a ordem discursiva do comentário. Pessoalmente, não posso deixar de associar o conceito de “comentário” com uma forte memória visual do impresso quinhentista de *Las siete partidas*, de fato a versão mais antiga que se possui deste conjunto de leis extremamente importante, estabelecido pelo rei de Castela em fins do século XIII.⁵ O texto das leis ocupa menos da metade da superfície de cada página, e está rodeado por um comentário, em tipo menor, estruturado por um sistema bastante complexo de referências internas. As páginas de *Las siete partidas*, portanto, promovem uma estranha impressão de completude, e se pode perguntar se, por ventura, não trariam para a sua materialização um princípio estrutural (ou talvez um paradoxo estrutural) que possa ser constitutivo do gênero comentário. De um lado, não há um fim necessário a nenhum comentário; do outro, o espaço reservado para os comentários (e o tempo dos leitores dedicado a eles) é sempre limitado, porque é, por definição, espaço (e tempo) à margem.

3

Esse princípio estrutural irá normalmente ou produzir uma impressão de completude (nos casos de uma bem balanceada dis-

tribuição entre texto e comentário, como a edição quincentista de *Las siete partidas*, pode-se dizer, uma impressão de plenitude); ou, se as margens não estiverem preenchidas, uma impressão de falta, de ausência, de um espaço que demanda preenchimento e de um comentário que precisa ser adicionado. Pode-se dizer que um bom comentário é sempre um comentário rico, que existe uma estética da opulência e mesmo uma exuberância inerente ao gênero? Cópia, sem dúvida, importa para o comentário. Evidentemente um comentário rico ainda pode ser um mau comentário – se as informações nele contidas não interessarem a nenhum leitor (mas isso realmente o torna um mau comentário?); ou, o que é decididamente pior, se as informações não forem confiáveis. Claro que a quantidade em um comentário pode ser tal que torne o seu uso quase impossível. Mas pode-se ainda argumentar, de maneira geral, que esperamos que um “grande comentário” seja rico e opulento (na intersecção semântica desta riqueza com o sempre limitado espaço à margem da página – súbito a palavra alemã *prall* vem à cabeça). Entre o aparentemente inevitável (e de alguma forma feliz) impulso do comentário em direção à *cópia* e a obrigação do comentador de mostrar que o acúmulo faz parte da orientação de sua tarefa (por exemplo, que a abundância anseia resolver problemas filológicos, suprir o contexto histórico, manter o fluxo da leitura sem distrair o leitor do texto a ser comentado), entre uma estética da exuberância e uma estética do fluxo funcional da leitura, comentadores tendem a desenvolver um ritmo específico que se pode talvez caracterizar como “anda e pára”. Por um lado, eles certamente querem que o usuário aprecie a cópia do conhecimento oferecido, mas, por outro, quase nunca esquecem de insistir na rigorosa funcionalidade de seus comentários – como se antecipadamente respondessem ao protesto dos leitores que se perderam nos meandros das referências cruzadas do texto nas margens. Aqui está um exemplo do ritmo “anda e pára”, retirado do comentário sobre os princípios acerca do comentário guiando a Biblioteca Clássica Alemã:

⁶ FUHRMANN, Manfred. *Kommentierte Klassiker?*, p. 315. Os grifos são de Gumbrecht.

Tradução do texto em alemão:

I. O comentário panorâmico
Comentários panorâmicos proporcionam comentário de nexos mais amplos (superestruturas). O comentário panorâmico não se limita à apresentação de uma situação de pesquisa inevitavelmente sempre efêmera nem possibilita uma "introdução" ou "posfácio" de tendência interpretativa. No conjunto dá uma apresentação o mais possívelmente sucinta dos principais pontos de vista, sob os quais a determinada obra se deixa explorar. Superestruturas neste sentido abrangem sob pontos de vista determinados e escolhidos todas as passagens comprobatórias do texto.

I. DER UEBERBLICKSKOMMENTAR

Ueberblickskommentare leisten eine Kommentierung *uebergreifender* Zusammenhaenge ("Suprastrukturen"). Der Ueberblickskommentar *beschraenkt sich nicht* auf die Darstellung des zwangslaeufig immer fluechtigen, Forschungsstandes, noch bitet er eine interpretative gerichtete "Einfuehrun" oder ein "Nachwort". Insgesamt gibt er eine *moeglichst knapp gehaltene* Darstellung der Hauptgesichtspunkte, unter denen sich das jeweilige Werk erschliessen laesst. Suprastrukturen in diesem Sinne umfassen *unter bestimmten, ausgewaehlten Gesichtspunkten jeweils alle singulaeren Belegstellen* des Textes [...].⁶

Para apresentar toda a referência textual disponível – mas para restringir tal potencial de completude através de “determinados pontos de vista selecionados”, este parece ser o típico ritmo “anda-e-pára” (ou um princípio discursivo discretamente paradoxal) do comentário. A grande liberdade (e o grande problema) do comentário é – na impossibilidade de antecipar com precisão o que exatamente os leitores do texto em questão, no presente e no futuro, precisam saber – poder se conectar com qualquer nível e com qualquer detalhe do texto de referência. Aqui reside a ameaça (e a beleza potencial?) do comentário em se tornar a “atomização” do texto a ser comentado. Os comentários quinhentistas de *Las siete partidas*, por exemplo, deveriam ter proporcionado (o que não fizeram) informações sobre o que pareceu, do ângulo dos primórdios dos tempos modernos, uma linguagem terrivelmente arcaica, do século XIII. Poderia ter apresentado a biografia do rei Alfonso X, que iniciou a compilação das leis de *Las siete partidas*. Poderia também ter incluído comentários (o que de fato aconteceu) acerca do “conteúdo dogmático” de cada lei em particular, e assim por diante. O princípio estrutural atuante é o da “atomização”, como uma acumulação semanticamente ilimitada sob os constrangimentos do espaço limitado.

Como é sempre possível adicionar novos níveis de referência a um comentário, e como, ao mesmo tempo, mais conhecimento

pode sempre ser adicionado, infinitamente, em cada um desses níveis, comentários transformaram-se, ao menos em alguns exemplos clássicos eminentes, em cofres ou tesouros do saber. Existe um movimento de sedimentação atuante que complementa o efeito da atomização causada pelas múltiplas conexões abertas ao discurso do comentário. Refiro-me aos casos em que os comentários tornam-se lugares, de fato, *topoi* (e a metáfora espacial importa aqui) onde se chega, para serem referidos a fim de se obter conhecimento para se entender determinado texto. Pense nas camadas de textos ao redor das escrituras das grandes religiões, da *Comédia* de Dante e o seu *volgarizzamenti*, ou nos crescentes comentários em volta de alguns dos mais amplamente lidos textos científicos da Antigüidade greco-romana. Através dos séculos, certa tradição da *lectura Dantis* sempre funcionou como uma introdução a subseqüentes concepções cosmológicas, mais do que como uma interpretação do poema de Dante. Quaisquer que tenham sido as tarefas específicas preenchidas originalmente por estes comentários, num dado ponto no tempo, eles se tornaram lugares (*topoi*) onde conhecimento novo e antigo poderia ser alocado, absorvido, e algumas vezes, estocado. Esta última função não deve ser subestimada. Certamente é reconfortante saber que um estoque de conhecimento determinado, um estoque de conhecimento que se quer preservar sem que tenha um uso imediato, pode ser encontrado num certo lugar. Comentários sobre Dante são textos apropriados para um historiador da ciência, que os consultaria sem nenhuma obrigação de fingir que tal referência é motivada pela expectativa de uma experiência especificamente estética.

4

Existe com certeza razão para acreditar que a quantidade de comentário ao redor de um texto torna-se um indicador da sua importância. Mas a questão oposta também surge, isto é, se tal importância se dá exclusivamente em função dos valores intrínsecos ao texto comentado ou se a aura material dos comentários e sua importância intelectual não contribuem também para a reputação

do texto. O mínimo que podemos admitir é que Dante, Shakespeare, Cervantes e Goethe não seriam autores altamente canonizados em nossa cultura se não estivessem entre os mais comentados. Canonização através de comentários também significa que “escolas”, tanto no sentido mais rigoroso quanto no mais informal desta palavra, emergem de instituições que produzem comentários de textos. Aqui a seleção canônica de textos primários, o discurso específico do comentário, e a vida de escolas intelectuais entram numa relação de implicação mútua, de incentivo mútuo, e de mútua transformação. Saber escrever uma *explication de texte*, faz de você um francês emancipado, e a *explication de texte* é diferente da *geistesgeschitliche Einordnung*, na qual esperamos que um alemão adulto seja versado. O fato de os diferentes estilos de comentários terem a ver com as variadas escolas acadêmicas explica, ao menos em parte, porque o discurso do comentário é tendencialmente anônimo. Ao comentar um texto, pode-se superar a dificuldade-chave de não saber qual a necessidade de usuários futuros, preenchendo este vazio com um ideal pedagógico, com aquilo que se pretende ensinar a leitores futuros. Em outras palavras, o comentador se inscreve numa tradição preexistente, ao invés de se tornar o inventor de um novo ou específico critério de relevância para os comentários. Outra razão para a tendência do comentário de permanecer anônimo vem da já mencionada condição de um comentário, por sua constituição genérica, estar sempre aberto a outros itens, camadas e adições que podem ser reunidas em torno do texto de referência. Portanto, os comentários são sempre potencialmente obra de muitos autores, e sua complexidade intrínseca, além disso, não requer o poder estruturante de uma força singular (autoral ou editorial) subjetiva. Sabemos que, num dado momento, será fácil encontrar o nome dos acadêmicos que escreveram os comentários sobre Goethe para a Biblioteca Clássica Alemã, mas nós antes associamos o perfil desse comentário (acima de todos os princípios através dos quais é estruturado o volume de informação acerca do texto dado) com esta específica publicação fortuita do que com um comentador individual. Comentários não

teriam nem a flexibilidade nem a abertura de que necessitam a fim de se tornarem fundacionais para “escolas”, se uma forte referência autoral os fizesse inequívocos. Sobre o que deveriam os membros de uma escola falar ou escrever entre eles se estivesse absolutamente claro como deveriam utilizar seu texto canônico? Por outro lado, os membros de uma escola apenas se reúnem em torno dos textos comentados e das regras de comentário, enquanto tais tradições excluem mais do que permitem.

5

Como um comentário irá exatamente funcionar e quão visível o seu autor (ou autores) possa se tornar depende muito do *status* do texto que comenta. Comentários sobre as diferentes tradições legislativas oferecem, de maneira especial, exemplos claros para este ponto da questão. Se os textos relevantes constituem um conjunto de leis claramente circunscrito, intrinsecamente estruturado, com um conteúdo sábio e homogêneo, os comentários chegam perto de interpretações – porque tudo o que resta a eles é adicionar uma explicação para o “sentido” dessas leis (e há muito a aprender com este uso altamente reflexivo feito por tais textos acerca do “legislador” como um ponto metodologicamente necessário de referência). Não por coincidência, a última edição do *Brockhaus* define o comentário legal como um “Tatbestandmerkmale und Rechtsfolgen zergliedernd behandelnde *Interpretation*”. Comentários legais desse tipo aparecem sob o nome de seus autores porque, como tentativas de identificação de sentidos implícitos do texto, operam sob a expectativa de serem definitivos, embora empiricamente esta expectativa possa ser irrealista. Sem atentarmos, entretanto, para a questão de se qualquer comentário nesta tradição será alguma vez realista, há razão para acreditarmos que o alto prestígio (e dos *royalties* ainda maiores) que de fato advém do papel de ser o autor de um *Kommentar* tem a ver com a necessidade de produzir a ficção de que o fechamento na interpretação da lei é possível.

⁷ Agradeço a Gerard Casper pelo seu proveitoso – e sucinto – conselho nesta matéria.

⁸ The Remarks and Adresses at 75th Annual Meeting of the American Law Institute (May, 11-14, 1998, Washington DC) oferecem uma visão geral relativamente aos projetos desenvolvidos por este instituto.

⁹ Este é o ponto-chave da crítica de Husserl ao primeiro livro de Derrida, *A voz e o fenômeno* (Paris: [s. n.], 1967).

Em vez de desenharmos uma clara linha divisória semelhante entre o corpo de leis e sua interpretação, a tradição da Lei Comum é um processo contínuo de interpretações (de interpretações de interpretações, etc.) de determinados princípios legais. O equivalente do *Kommentar* alemão neste contexto – se pode haver alguma equivalência sequer – é o esforço de coligir, estruturar e sistematizar a multiplicidade de documentos legalmente relevantes. Nos Estados Unidos, esta tarefa tem sido levada a cabo, por já três quartos de século, pelo American Law Institute. De maneira bastante significativa, não são acadêmicos individuais que ocupam o papel de agentes no preenchimento desta tarefa infinita: em vez, uma instituição foi associada a tal tarefa interminável.⁸

6

Os comentários devem ser o sonho de todo desconstrutivista – e tal pode ser dito tanto em louvor da tradição desconstrutivista como em louvor do discurso do comentário (com a sua imagem de ser o “primo pobre” entre os exercícios centrais da filologia). Pode-se dizer e deve ser dito que a Desconstrução empurrou certos princípios do discurso do comentário para o seu limite de possibilidade. Jacques Derrida fundamenta a sua crítica do que chamamos “logocentrismo” ocidental, demonstrando quão impossível é, a cada momento individual, ter um texto completo presente.⁹ Em vez de fazer qualquer afirmação “totalizadora” acerca de um dado texto, a tradição desconstrutivista obriga-se, deste modo, à dimensão do “comentário corrido”. Uma leitura desconstrutivista será sempre uma leitura “ao longo” de um texto primário, uma leitura cuja manifestação textual irá de modo necessário ser moldada por esta relação com o texto primário em questão. É também uma leitura que ocorre em constante consciência de seu caráter de “suplemento” – e da do texto primário, isto é, da possibilidade, dada a cada momento, de se adicionar mais palavras ao texto primário ou à leitura desconstrutivista. A Desconstrução forjou um hábito de leitura (e uma atitude existencial[ista]) do *insight* de que nenhum texto está

terminado, que o seu final tem de ser infinitamente postergado. Suplemento e *différance*, palavra inventada por Derrida, que atinge a distinção da insistência lingüística na reiteração entre *difference* e *différance*, como o princípio de diferenciação, sendo de fato conceitos que se apresentam na cena das Humanidades apenas desde o advento do movimento desconstrutivista. Deve ter sido, então, a proximidade entre textos primários e o discurso da desconstrução, como seu comentário (e esta distinção mesma seria bem clara para um desconstrutivista ortodoxo), que produziu duas metáforas favoritas de autodescrição: metáforas em que a desconstrução ora habita o texto primário e ora é um “parasita” em relação ao texto primário que a hospeda. A proximidade entre o “texto-anfitrião” e a prática “parasitária” desconstrutivista alcança o seu imbatível preenchimento na alegação desconstrutivista de sua inseparabilidade. Em outras palavras: o autodesdobramento do discurso desconstrutivista irá sempre alegar ser, simultaneamente, o texto primário e o ato da sua desconstrução. Este princípio de simultaneidade deve ter sido responsável pelo fato de o discurso desconstrutivista, quando primeiro chegou às Humanidades e aos humanistas, ter sido tomado como realmente “ilegível”: o discurso desconstrutivista é, por assim dizer, o texto primário e a sua desconstrução ao mesmo tempo; ele não permite nenhuma asserção larga nem totalizante (nenhuma facilidade para lembrar); e ele pode decolar de (para não dizer explodir com) qualquer instância dada no texto primário, em direção a comentários atomizantes ou digressões. Em última instância, eu penso, a prática da Desconstrução implica, para dizer o mínimo, um movimento potencial em direção àquela opulência e àquela proliferação textuais, em direção àquela afinidade com os valores da cópia, que identificamos como inerente à prática do comentário. De algum modo, a “idéia normativa” da Desconstrução para estratificar tal *cópia* como simultaneamente presente no seu próprio discurso (apesar da inevitável e inevitavelmente descomplexificadora seqüenciação de todo texto) pode dar conta de parte das dificuldades que ao menos os primeiros leitores da Desconstrução encontraram para atra-

¹⁰ Até aqui segui a tese histórica proposta por Fuhrmann no seu já citado “Kommentierte Klassiker?” (veja nota 1), p. 49-54.

¹¹ O ponto de partida, nesta fórmula descritiva (materializada sobre tudo na palavra encorpamento), de qualquer coisa/leitura que o desconstrutivismo aceitaria como uma “possível autodescrição”, é intencional.

vessar o texto de Derrida e os textos daqueles que o seguiam. Talvez tivesse ajudado ler o discurso da Desconstrução e (os sempre existentes) textos de referência numa situação de justaposição material, tal como é típico na leitura de qualquer outro comentário.

7

De um ponto de vista histórico, parece plausível que uma longamente estabelecida tradição incontestada da importância do discurso do comentário chegou ao fim – um primeiro fim, temos de especificar – quando, com a institucionalização do livro impresso, a cópia do conhecimento disponível parou de ser um desejo e um ideal de aprendizado, transformando-se numa natural (e talvez às vezes numa ameaçadora) realidade. Num tom familiar de crítica cultural, pode-se acrescentar que, com o suave colapso do humanístico *Bildung* como condição homogeneizadora da tradicional burguesia, a necessidade para a reemergência do comentário tradicional ressurgiu – ao menos para os que continuaram a se interessar pela visita dos lugares canonizados da cultura ocidental. Esta necessidade pode bem ter sido uma das forças moventes atrás da remodelação das disciplinas filológicas nas universidades européias dos inícios do século XIX.¹⁰

Mas nós não temos de admitir que existe uma intensa afinidade entre o discurso do comentário e o nosso próprio tempo além desta relação funcional, baseada na demanda por *Bildung* suplementar, existente já por quase duzentos anos? Seria a Desconstrução como um embasamento filosófico para o princípio textual do comentário¹¹ e não um sintoma de uma específica proximidade entre a tradição do comentário e o nosso momento cultural? Poderíamos associar o comentário com uma posição fraca do autor, e uma posição fraca do autor com a descrição de “pensamento fraco” que Gianni Vattimo propôs como um emblema de nossa situação intelectual? Não teríamos de admitir, de uma vez, que a mídia eletrônica desempenhou um papel importante na revelação dessa situação? Não é tentador – e provavelmente adequado – dizer que todos estes novos

instrumentos e formatos – “hipo”, “hiper”, “mega” textos, “mega”, “hiper”, “hipo” cartões – são tanto os sintomas como os agentes de um acelerado “retorno ao comentário” ou, ainda, de um “retorno à filologia” em transição para uma filologia *high-tech*? Não se poderia finalmente dizer – sem levar tão longe a metáfora – que a internet, com seus sempre emergentes *websites* e *homepages*, tornou-se um comentário corrido, e eletronicamente produzido, do mundo? E não são todas estas conversas e trocas por correio eletrônico, que absorvem tanto tempo sem produzir nenhuma melhoria funcional da vida cotidiana, mais do que comentário corrido de nossas vidas profissionais? Em ambos os casos, no da internet e no do correio eletrônico, uma justaposição material de diferentes discursos de fato existe materializada na co-habitação de tais discursos nos discos rígidos de nossos computadores. Em ambos os casos, as estruturas dos mundos (sobretudo as seqüenciais) que são comentadas exercem um impacto sobre as estruturas da internet e dos *e-mails*, tais como as dos discursos do comentário.

Mas existe uma condição tecnológica através da qual a tradição do comentário mudou profundamente nos dias atuais, e mudará mais dramaticamente no futuro. Sabemos que, embora nenhum único *chip*, disquete, disco rígido jamais oferecerá capacidade infinita de estocagem, logo começarão a poder oferecer tanto espaço que o nosso conhecimento acumulado não poderá ser capaz de preencher tamanho campo. Este será o fim da situação – e talvez já tenhamos alcançado este limite – no qual o discurso do comentário chega, de modo ímplicito, a uma estética da exuberância, isto é, o fim da situação onde nunca havia espaço suficiente às margens dos textos comentados, para todo o comentário disponível. A visão do *chip* vazio constitui uma ameaça, um verdadeiro *horror vacui* – não apenas para a indústria da mídia eletrônica, mas também, eu supponho, uma ameaça potencial para a nossa auto-apreciação intelectual e cultural. Isto deve promover, uma vez mais, uma reapreciação do princípio – e da substância – da *cópia*. E deve fazer aflorar uma si-

tuação na qual não será mais constrangedor admitir que preencher as margens é o que mais e melhor fazem os comentários.¹²

¹² *Nota da tradução:* o comentário, como prática filológica, é o precursor da crítica literária. De fato, o comentário como crítica de obras preconfigura vários discursos no século XVII em torno de Camões, por exemplo: o biográfico, o crítico literário, o gramatical, o crítico textual ou editorial; também não contava com apenas as margens do texto, visto que dependia do conhecimento do comentarista, que se individualiza pelo menos como um leitor mais próximo do tempo em que foi escrito o texto de referência. Por exemplo, Faria e Sousa comenta a lírica de Camões verso a verso em regime de notas em colunas duplas: primeiro o texto integral do soneto seguido do comentário verso a verso; nos gêneros líricos maiores, como a canção, por exemplo, o texto vem comentado verso a verso ao fim de cada estância. A tradição de leitura impressa de Camões, que se faz em torno de seu mais apaixonado comentarista, chega a contar com um texto camoniano restabelecido por Faria e Sousa e tem nos seus comentários a porta de entrada para o conhecimento

das referências ou comentários que os textos deste poeta do Renascimento português fazia dos clássicos italianos e antigos. Com Faria e Sousa a quase totalidade das produções poéticas de qualidade na Península Ibérica foram atribuídas a Camões, valorizado como marca e identidade da boa poesia ibérica. O comentário das Rimas várias, de tão copioso, não foi totalmente editado no século XVII. Podíamos dizer que aí, as margens estreitas eram as da tipografia ibérica, uma vez que os cadernos de Faria e Sousa acabaram sendo utilizados em edições nos séculos XVIII e XIX, por outros comentaristas do texto camoniano. A tradição do comentário do literato no século XIX, que constituiu a prática da crítica literária luso-brasileira, fez também os seus comentários ao texto camoniano, elegendo-o como poeta central da cultura. O comentarista seiscentista de Camões salvou do esquecimento o texto de poetas contemporâneos e próximos a Camões que o tomaram como modelo de produção poética, centralidade que persiste até depois da transformação modernista na

passagem do século XIX para o XX, entre Cesário Verde e Fernando Pessoa. Ignoro se os cadernos de Faria e Sousa comentando o resto das rimas ainda existem, e em que biblioteca, como texto manuscrito, mas aprendo com a leitura do texto de Gumbrecht que o suporte informático poderia divulgá-los sem problemas, inclusive com suas próprias margens, para um número infinito de internautas, possibilitando, por uma filologia *high-tech*, comentários aos comentários inéditos de Faria e Sousa às redondilhas camonianas.